

# I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

— 10 A 14 DE FEVEREIRO DE 2023 —



Anhanguera



uniderp  
Programa de Pós Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



## Equilibrando interesses: uma análise da aplicação dos princípios constitucionais na resolução de conflitos entre direitos fundamentais

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Gabriel Augusto Alves De Azevedo Nolasco Pinheiro

Marcelo Queiroz Alves De Oliveira

Luciana Leal De Carvalho Pinto

Fernando Marçal Soares Batista

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

Os direitos fundamentais são a base de qualquer ordem constitucional democrática. No entanto, em muitas situações, há conflitos entre esses direitos, o que pode gerar tensões e impasses difíceis de serem resolvidos. Nesse contexto, a interpretação e aplicação dos princípios constitucionais se tornam fundamentais para garantir que esses conflitos sejam solucionados de maneira justa e equilibrada. Este artigo tem como objetivo discutir as principais abordagens teóricas sobre a solução de conflitos entre direitos fundamentais, bem como analisar a jurisprudência dos tribunais em relação a esse tema. A partir dessa análise crítica, busca-se identificar os principais desafios e perspectivas para a aplicação dos princípios constitucionais na resolução de conflitos entre direitos fundamentais.

### Objetivo

Analizar a aplicação dos princípios constitucionais na resolução de conflitos entre direitos fundamentais. Discutir abordagens teóricas e jurisprudência dos tribunais para identificar desafios na busca pelo equilíbrio de interesses em situações de conflito. Contribuir para uma compreensão aprofundada e informada sobre esse tema importante e atual.

### Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de buscas eletrônicas em bases de dados especializadas em Direito Constitucional, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a base de dados do Superior Tribunal Federal e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Foram selecionadas publicações que tratam do tema central do artigo, com destaque para as abordagens teóricas mais relevantes e para as decisões judiciais que tratam de conflitos entre direitos fundamentais.

Por fim, as informações foram analisadas de forma crítica e comparativa, a fim de identificar os principais desafios e perspectivas na aplicação dos princípios constitucionais na resolução de conflitos entre direitos fundamentais. Os resultados da pesquisa são apresentados na seção de resultados e discussão do artigo.

# I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

— 10 A 14 DE ABRIL DE 2023 —



Anhanguera



uniderp

Programa de Pós Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



## Resultados e Discussão

A resolução de conflitos entre direitos fundamentais é um tema complexo e desafiador para os operadores do Direito e estudiosos da área. Os direitos fundamentais são essenciais para a construção de uma sociedade justa e igualitária, mas, podem surgir situações em que esses direitos entrem em conflito.

Nesses casos, encontrar um equilíbrio entre interesses conflitantes pode ser uma tarefa difícil, uma vez que diferentes interpretações sobre o peso e a importância de cada direito em questão podem surgir. Soluções como a adoção de critérios de proporcionalidade e razoabilidade, a busca por soluções que maximizem a proteção de ambos os direitos em conflito e a consideração do contexto social e político podem ajudar na resolução desses conflitos.

A resolução de conflitos entre direitos fundamentais não é um processo mecânico e puramente técnico, e portanto, demanda avaliações subjetivas e éticas, exigindo preparo dos operadores do Direito.

## Conclusão

Diante dos desafios enfrentados pelos operadores do Direito na resolução de conflitos envolvendo direitos fundamentais, o sopesamento surge como uma ferramenta imprescindível. A complexidade do tema exige preparo técnico e sensibilidade ética para garantir decisões justas e equilibradas. É necessário que a comunidade jurídica reconheça a importância do sopesamento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. Sopesamento de valores e o novo Código de Processo Civil. Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 16, n. 2, p. 132-160, 2015.
- LEAL, Roger Stiefelmann. Conflitos de Direitos Fundamentais e a Necessidade de uma Hermenêutica Constitucional Democrática. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 21, n. 2, p. 165-184, 2017.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.